

A OLIVICULTURA NACIONAL REFLEXÕES CRÍTICAS



Aníbal Martins

Administrador da CONFAGRI e Presidente da FENAZEITES

Há cerca de meio século atrás, era por todos reconhecido que o sector olivícola em Portugal, representava uma atividade de vital importância socioeconómica e equilíbrio ambiental, em variadíssimas zonas do país, assumindo um papel fundamental no combate à erosão e desertificação de regiões mais deprimidas, permitindo, ainda que sazonalmente, a manutenção de muitos milhares de postos de trabalho. O período de agitação pós-revolucionário, com indefinições sectoriais e ausência de políticas agrícolas acertadas, a invasão dos mercados pelos óleos vegetais, o abandono de grandes áreas de olival (arranque) substituídas predominantemente no Alentejo por culturas arvenses (trigo), mas acima de tudo uma péssima negociação para o sector na fase de adesão à comunidade, conduziram-nos amargamente a uma situação de produzirmos pouco mais de metade das nossas necessidades em azeite.

O início da recuperação do atraso em que o sector tinha mergulhado, começou no princípio deste século no Alentejo com forte intervenção inicial do sector cooperativo, e a plantação de 30.000 hectares de novos olivais, autorizada e apoiada por programas comunitários, contribuiu de uma forma esmagadora para o êxito de tal objetivo. A dinâmica aplicada desde

então, a reconversão de extensas áreas de olival tradicional, a utilização de modernas técnicas de plantação e novas variedades adequadas, permitiram ao sector atingir, atualmente, níveis de produção anuais de azeite nunca antes imaginados.

O Alentejo é, neste momento, o centro de gravidade da olivicultura nacional, onde se produz cerca de 80% do azeite nacional. Mas também o tem sido nas discussões de sustentabilidade ambiental do sector, onde apesar de alguns devaneios fundamentalistas em nosso entender o saldo será sempre positivo.

Um dos pontos críticos do sector que atualmente se identifica e reconhece, tem a ver com o tratamento dos bagaços de azeitona, produzidos pelos diversos lagares, com origem no impacto visual extremamente negativo que gera a atividade de secagem dos mesmos, nas emissões gasosas emitidas pelas chaminés daquelas unidades.

É bom recordar que o problema das águas ruças dos lagares, foi solucionada, em 1997, com a aplicação de um programa de adaptação ambiental por um período de 2 anos, em que se definiram exatamente os apoios, as regras e os procedimentos a aplicar e que garantiram o êxito da concretização dos objetivos então definidos. Do ponto de vista tecnológico surgiram os chamados lagares ecológicos (2 fases),

que na verdade transferiram o problema para as unidades de secagem de bagaços de azeitona e extração de óleo. Os bagaços produzidos e entregues pelos lagares passaram a ter níveis de humidades médios de 65%, pois a eliminação das águas ruças dos lagares fez-se por incorporação das mesmas nos bagaços de azeitona produzidos. Acresce ainda o facto de, atualmente, alguns lagares sujeitarem os seus bagaços a práticas de descarçamento e repasse, que os transformam em produtos de reduzido valor económico, insuficientes para fazer frente aos custos de secagem e extração, tendo em conta os reduzidos valores de mercado de óleo de bagaço de azeitona. A CONFAGRI e a FENAZEITES entendem que, a exemplo do que se passou com as águas ruças dos lagares em 1997, também para estas unidades de secagem de bagaços e extração de óleo deveria, urgentemente, ser definido e aprovado um programa de adaptação ambiental por um período mínimo de 2 anos, que solucionaria definitivamente o problema. Bastaria para tanto haver vontade política e ação concertada do sector, Ministério da Agricultura e Ministério do Ambiente. ●